A Turquia cumpre os critérios de Copenhaga?

Os próximos meses são decisivos para que a Turquia consiga influenciar favoravelmente a Comissão Europeia nas recomendações que, em Outubro, dirigirá aos líderes europeus, sobre se foram ou não cumpridos os critérios de Copenhaga, sem os quais nenhum Estado pode aspirar a tornar-se membro da UE. A Turquia tem centrado os seus esforços no cumprimento dos critérios políticos mas, apesar dos enormes progressos, há ainda muito a fazer para a sua efectiva concretização. O quadro que se segue, baseado no relatório intercalar da Comissão Europeia publicado em Novembro de 2003 e noutras avaliações levadas a cabo por organizações da sociedade civil turca, ilustra alguns desses avanços e mostra o que está ainda por fazer.

Critérios de Copenhaga	Na Lei	Na prática
Critérios políticos	Abolição da pena de morte em Agosto de 2002.	Comutação de todas as penas de morte em pena de prisão perpétua, incluindo a de Abdullah Ocalan, um conhecido activista curdo.
Democracia Estado de Direito Direitos fundamentais Respeito e protecção das minorias étnicas	Adopção de uma «política de tolerância zero» contra a tortura.	O número de casos de tortura diminuiu, mas continuam a ser denunciados alguns casos específicos. Ainda não foram julgados responsáveis policiais e outros acusados de abusos sobre os detidos. Na nova reforma processual penal concede-se prioridade e urgência ao julgamento de casos de tortura.
	Reforma do sistema penitenciário e do código penal.	Melhoria global do sistema, apesar dos direitos dos detidos não estarem ainda plenamente assegurados. Aumento das penas para os crimes contra prisioneiros. Na prática, o direito de acesso a um advogado nem sempre é garantido.
	Diminuição do papel dos militares na vida civil, incluindo: .Supressão dos Tribunais de Segurança Estaduais .Fim dos poderes executivos do Conselho nacional de Segurança (CNS). .Extensão da competência do Tribunal de Contas à defesa nacional.	Subsistem representantes do CNS em órgãos civis, como o Conselho Superior do Audiovisual e o Conselho Superior da Educação. Ainda não está assegurado o controlo parlamentar absoluto sobre a aprovação e o controlo das despesas militares. As forças armadas continuam a gozar de um grau substancial de autonomia na preparação do orçamento da defesa e dos mercados públicos em domínios ligados à defesa.
	Ratificação de vários instrumentos internacionais relativos aos direitos civis e políticos.	A Turquia introduziu reservas relativamente ao direito à educação e aos direitos das minorias. Ainda não depositou os instrumentos de ratificação junto das Nações Unidas.
	Criação de Tribunais de Família.	Dos 114 criados, mais de 60 estão já em funcionamento.
	Reforma do Código de processo Penal e de processo civil, após adopção de um novo código civil em 2001. (os ministérios do Interior e da Justiça distribuíram circulares às autoridades competentes com informação sobre as diferentes modificações legislativas pedindo-lhes que as apliquem). Modificação da Lei Associativa, alargando a possibilidade de participação e levantando bastantes restrições quanto à criação e o funcionamento de associações.	Absolvição e libertação da maioria das pessoas perseguidas por delitos de expressão não violentos. Vários progressos em relação à liberdade de associação e manifestação, embora haja casos de uso excessivo da força em manifestações pacíficas. Dificuldades em cooperar com associações e outras entidades estrangeiras, bem como na recolha de fundos. Muitas associações de defesa de direitos humanos foram levadas a tribunal, embora no fim tenham sido absolvidos ou a sua pena suspensa.
	A Lei dos Partidos Políticos foi alterada no sentido de tornar mais fácil a criação de partidos.	O Tribunal Constitucional turco decidiu impedir a criação do Partido Democrático Popular (HADEP) e outras acções de interdição foram intentadas contra partidos já existentes.

Critérios de Copenhaga	Na Lei	Na prática
	Alteração da Lei das Fundações, abolindo a necessidade de autorização do Conselho de Ministros para adquirir e dispor de propriedades.	A liberdade religiosa continua sujeita a restrições, em particular a ausência de personalidade jurídica das comunidades religiosas não-muçulmanas (o que não lhes permite constituir uma fundação) bem como limitações ao seu direito de propriedade. Dificuldades no registo das propriedades. Entre 2001 e 2003, foram dissolvidas 406 fundações.
	Supressão da interdição de emissões de rádio e televisão e do ensino em línguas não-turcas, incluindo o curdo.	Até hoje, ainda só três escolas iniciaram aulas em língua curda. No dia 9 de Junho, assistiu-se à primeira transmissão de um programa de televisão em língua curda.
	Levantamento do estado de emergência no sudoeste do país, uma zona predominantemente curda.	Melhoria no estado de segurança da região. Realização de várias manifestações culturais participadas pela sociedade civil. Subsistem dificuldades no que respeita às pessoas deslocadas.
	Autorização para a repetição de alguns julgamentos com base em decisões do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, permitindo a reavaliação dos processos de alguns activistas curdos.	Leyla Zana, activista curda a quem foi atribuído o prémio Sakharov pelo PE, e que tinha sido condenada a 15 anos de prisão, foi libertada a 10 de Junho e vai aguardar em liberdade a revisão do seu processo. Outros três ex-deputados curdos foram também libertados.
	O Governo anunciou para breve a abertura de locais de culto para não-muçulmanos, especialmente em locais frequentados por estrangeiros.	Ainda não concretizado. As minorias religiosas ainda sofrem discriminações importantes no que respeita à propriedade de bens, à formação dos clérigos e à aquisição de personalidade jurídica.
	O Governo anunciou novas reformas legislativas, incluindo um novo código penal e de imprensa.	As multas previstas para o abuso de liberdade de imprensa (cuja definição é bastante lata) são tão elevadas que muitos jornalistas se sujeitam a pena de prisão por não conseguirem pagá-las.
	Melhoria significativa das relações entre a Grécia e a Turquia.	Reforço dos laços comerciais e económicos entre os dois países. Recep Tayyp Erdogan visitou a Grécia pela primeira vez em 16 anos. Apoio da Turquia ao plano das Nações Unidas para a reunificação da ilha de Chipre. Kofi Annan recomendou o levantamento das sanções aos cipriotas turcos.
Critérios económicos Economia de mercado viável Capacidade para fazer face à pressão concorrencial e às forças de mercado no interior da UE	Modernização das regulamentações dos mercados e das instituições relacionadas.	Redução continuada da inflação. Estabilidade e previsibilidade económicas. Taxas reais de juro continuam elevadas. Taxa de desemprego em crescimento. Crescimento do PIB em 7.8% em 2002.
	Criação de agências independentes de regulação e vigilância dos mercados.	Impacto reduzido da crise iraquiana no mercado turcos.
	Reforço da vigilância do sector financeiro e nova legislação estimulando o investimento directo estrangeiro.	Ainda não são visíveis consequências significativas.
	Mais transparência e eficácia na gestão das finanças públicas.	O deficit público representou, em 2002, 10% do PIB.
Critério «comunitário» Capacidade para adoptar e integrar o acervo comunitário	Na maioria dos domínios, a implementação das normas comunitárias deixa muito a desejar, devido aos grandes atrasos que se verificam ainda ao nível da capacidade administrativa do Estado.	